



Índice

- 01** Vice-procuradora-geral da República diz que momento é de ataque aos direitos dos índios
- 02** Atividade do Dia do Índio reúne 150 em Rio Claro
- 03** Governo criará comitê para coordenar política de proteção a territórios indígenas
- 04** Índios preservam sozinhos suas etnias por omissão em Alagoas
- 05** Subpac participa do primeiro Seminário Indígena Xokó
- 06** Rei da Noruega está em Roraima para visitar área Yanomami
- 07** São Miguel do Iguazu comemora inauguração de Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo
- 08** Ibama doa 39 toneladas de arroz produzido em terra indígena no Mato Grosso
- 09** Moradores da Suiá Missú retornam para o Posto da Mata e índios prometem Guerra
- 10** "Nós existimos"
- 11** Povo Guarassugwe: resistência e luta pelo reconhecimento
- 12** Exploração de petróleo preocupa índios em aldeias da Amazônia



Vice-procuradora-geral da República diz que momento é de ataque aos direitos dos índios

SÍTIO BAGARAI, 21.04.2013

A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, disse hoje (19) que vê uma série de iniciativas, não só no Congresso, de ataques aos direitos dos indígenas.

Brasília – A vice-procuradora-geral da República, Deborah Duprat, disse hoje (19) que vê uma série de iniciativas, não só no Congresso, de ataques aos direitos dos indígenas. “O Ministério Público Federal está preocupado com a lentidão nos processos e está elaborando um conjunto de propostas para tirar da imobilidade os processos de demarcação de terras indígenas”, disse. Deborah participou de uma audiência pública na Procuradoria-Geral da República (PGR) para discutir a demarcação das terras indígenas.

Representantes de aproximadamente 70 povos indígenas participaram da audiência. Eles cobraram mais agilidade no processo de demarcação das terras indígenas e relataram diversos problemas relacionados à saúde e educação. O diretor da Fundação Nacional do Índio, Luiz Carlos Azanha, disse concordar com as críticas dos indígenas e disse que muitos processos ficam parados à espera de decisão judicial. “Temos 26 decisões judiciais impedindo o progresso das demarcações de terras”, disse.

Azanha também lamentou que, no Dia do Índio, não tenha sido anunciada a homologação de nenhuma terra indígena. “Hoje foram publicadas três portarias declarando terras indígenas e três delimitações. Atualmente temos 12 processos aptos a homologação, mas até o momento nenhuma foi homologada”, disse.

Os índios também criticaram a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 que transfere do Poder Executivo para o Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação e a homologação de terras indígenas e quilombolas. Na última terça-feira (16), os índios ocuparam o plenário da Câmara e impediram a instalação de uma comissão especial destinada a analisar a proposta.

A pressão do movimento indígena levou o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), a criar um grupo de trabalho destinado a debater a situação dos índios no Brasil. O grupo, formado por dez deputados, sendo cinco ambientalistas e igual número de ruralistas, e dez lideranças indígenas fez a sua primeira reunião ontem (18).

Os índios também criticaram o Projeto de Lei (PL) 1.610, de 1996, que aprova a exploração de recursos minerais em terras indígenas; e a PEC 237, deste ano, que torna possível a concessão de terras indígenas a produtores rurais e iniciativas do Poder Executivo como a publicação do Decreto 7.957, de março deste ano; a Portaria 303, da Advocacia Geral da União (AGU)

O secretário especial de Saúde Indígena, Antônio Alves de Souza, anunciou concurso para

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 066 / 2013

Brasília, 23 de abril de 2013.

substituir os profissionais de saúde contratados para atender aos índios. “Temos que cumprir até o final do ano com o acordo firmado com o ministério público para a substituição dos contratados e fazer o concurso”, disse Souza.

Nesta sexta-feira, Ministério Público Federal entrou com 14 ações civis públicas para garantir a posse de terras indígenas aos povos que tradicionalmente ocupavam a terra no estados do Amapá, Amazonas, da Bahia, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, de Pernambuco, Rondônia, Roraima e Santa Catarina. O órgão também expediu 11 recomendações para instituições públicas e empresas privadas.

Atividade do Dia do Índio reúne 150 em Rio Claro

SÍTIO CANAL RIO CLARO, 22.04.2013



Com a participação de índios da tribo Fulni-ô, Rio Claro comemorou o Dia do Índio em evento organizado pela Secretaria da Cultura. "É preciso sempre valorizar e destacar a cultura indígena como parte fundamental da cultura brasileira", afirma Sérgio Desiderá, secretário da Cultura.

O evento teve o apoio do Arquivo Público e Histórico e reuniu cerca de 150 alunos da rede de ensino municipal e estadual no teatro de arena do Bosque Paiquerê. Aos alunos, Desiderá destacou a importância daquele espaço para a história do município, ressaltando a relevância da cultura indígena. O sítio arqueológico da região próxima do Ribeirão Claro foi área de enterramento dos índios, nas igaçabas ou urnas funerárias, algumas das quais foram encontradas e estudadas por antropólogos da Unesp e estão expostas como parte do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Desiderá lembra que "o Paiquerê é uma visão do paraíso dos índios tupis-guaranis que habitavam esta vasta região, perseguidos e caçados pelos bandeirantes, vagavam conduzidos pelos seus xamãs, líderes espirituais, que buscavam o paraíso onde se encontrariam e dançariam com seus antepassados, com abundância de carne e frutas, em eterna felicidade".

Além de apresentações dos Fulni-ô, a atividade incluiu intervenções artísticas do grupo teatral Tempero D'Alma e a exposição fotográfica Arandu Porá. A exposição é oriunda de projeto realizado por Adriano Mergulhão na aldeia Ribeirão Silveira de São Sebastião (SP). Artesanatos produzidos pelos índios também estiveram expostos.

O vereador Geraldo Voluntário, integrantes das equipes das secretarias da Cultura e da Educação também acompanharam a atividade.

Os índios da tribo Fulni-ô estarão neste sábado (20) no Jardim Público às 11 horas vendendo seus artesanatos. O mesmo acontecerá no Centro Cultural às 20 horas.



Governo criará comitê para coordenar política de proteção a territórios indígenas
SÍTIO BAGARAI, 21.04.2013

Dez meses após publicar o decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, o governo federal anunciou hoje (19), Dia Nacional do Índio, a criação do comitê responsável por coordenar e monitorar as ações necessárias para garantir a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas.

Brasília – Dez meses após publicar o decreto que institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, o governo federal anunciou hoje (19), Dia Nacional do Índio, a criação do comitê responsável por coordenar e monitorar as ações necessárias para garantir a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas. O Ministério do Meio Ambiente também anunciou a liberação de R\$ 4 milhões para a elaboração, por meio de editais públicos, de dez planos de gestão ambiental de terras indígenas.

Publicado em 5 de junho de 2012 pela Casa Civil, o Decreto 7.747 estabelece como objetivo da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas.

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a política nacional estabelece mecanismos para que a área de proteção ambiental do governo federal e o Ministério da Justiça trabalhem conjuntamente, ao lado dos povos indígenas, para melhorar a proteção aos territórios indígenas.

“Estamos pondo em prática a política nacional e trabalhando, com isso, não apenas a questão da degradação, mas também de prevenção, com iniciativas que possam evitar que queimadas atinjam as terras indígenas”, disse a ministra durante a cerimônia, que teve as presenças do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; da presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marta Azevedo e com índios de várias etnias.

Um novo decreto conjunto dos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente deve ser publicado nos próximos dias detalhando a estrutura, a composição e o funcionamento do comitê gestor. Além de representantes do governo federal, o comitê deverá ter a participação de representantes indicados pelos povos indígenas.

O nome dos representantes indígenas, contudo, ainda não foi apresentado, embora a ministra do Meio Ambiente informou que as organizações indígenas com assento no comitê já estejam selecionadas. “Eles já estão trabalhando. Já tem um grupo...há associações indígenas já nomeadas. Eu e o ministro da Justiça assinamos um ato nomeando as associações participantes. Esse diálogo existe há um ano”.

CONT.



Durante a cerimônia, a Agência Brasil conversou com várias das lideranças indígenas presentes no local, como os caciques caiapó Raoni Metuktire, xavante Damião Paridzane e munduruku Natanael Munduruku e todos disseram que não participaram de nenhuma discussão a respeito do comitê e nem indicaram os nomes de seus representantes.

Todos disseram ter aproveitado o convite para participar da cerimônia e exigir respeito aos direitos indígenas, celeridade na demarcação de novos territórios e, principalmente, para protestar contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. A proposta tramita na Câmara dos Deputados e, se aprovada, irá transferir do Poder Executivo para o Congresso Nacional a palavra final sobre a demarcação e a homologação de terras indígenas e quilombolas.

A reportagem solicitou às assessorias dos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente cópia ou informações a respeito das entidades indígenas que participaram das discussões iniciais, mas, até o momento, não recebeu resposta.

Mesmo sem os representantes indígenas no comitê, o Ministério do Meio Ambiente anunciou a liberação de R\$ 4 milhões para a elaboração, por meio de editais públicos, de dez planos de gestão ambiental de terras indígenas. Segundo a ministra Izabella Teixeira, vão ser as próprias comunidades indígenas, com o Ministério do Meio Ambiente e com a Funai, que vão escolher as áreas contempladas. A intenção da ministra é publicar o primeiro edital em, no máximo, uma semana.

“Cada terra indígena selecionada vai elaborar seu plano de gestão territorial, [apontando] os requisitos necessários para a consolidação dessas áreas. Vamos identificar as áreas e buscar recursos para viabilizar tudo isso. E vamos também buscar, para o ano que vem, orçamentos para mais dez ou 20 planos de gestão”, disse a ministra do Meio Ambiente.

Índios preservam sozinhos suas etnias por omissão em Alagoas

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 22.04.2013

Sem auxílio dos órgãos competentes e com a omissão da sociedade, eles protegem a cultura, as terras e a natureza



Índios Wassu-Cocal, em Joaquim Gomes, enfrentam constantes problemas com queimadas por conta da cultura da cana-de-açúcar

Pelo menos três das onze etnias indígenas existentes em Alagoas consideram irrelevante o dia 19 de abril, dedicado à lembrança dos primeiros habitantes do país. Para eles, a falta de atenção do governo e da sociedade não justifica a existência de um dia dedicado a sua memória.

Sem auxílio de representantes legais, índios veem ameaçada sua cultura e reclamam do não cumprimento das leis, o que restringe sua liberdade, destrói, com o passar dos tempos, hábitos de culturas milenares, e degrada o meio ambiente que eles usufruem.

A ausência de demarcação das terras indígenas e o que eles chamam de “omissão” de entidades do governo têm duas consequências: protestos e descaracterização de hábitos de alguns indígenas.

A comunidade Wassu-Cocal, em Joaquim Gomes, por exemplo, é uma das que enfrenta constantemente problemas com derrubada de árvores e queimadas provocadas pela cultura da cana-de-açúcar. “Muita gente não entende que na nossa floresta não pode acontecer isso. O fogo começa no canavial, mas acaba entrando no nosso território. E a nossa natureza é que é prejudicada”, disse o capitão da aldeia, Antônio Máximo. “Os pássaros que tínhamos aqui, hoje a gente não tem mais, por causa das queimadas”, completou.

Uma integrante da aldeia Xucuru-Kariri, em Palmeira dos Índios, acredita que os povos indígenas do Brasil são vistos pelo governo como meros produtos de estudo. “Índio é como marionete para as instituições. Só nos procuram para conhecer, fazer uma visita, e depois irem embora”, lamentou a índia Raquel Xucuru-Kariri.

Caciques são fiscais do meio ambiente

A Constituição Federal garante aos índios, em seu artigo 231, o reconhecimento dos direitos

CONT.



sobre as terras que ocupam. Terras indígenas, de acordo com o parágrafo primeiro do mesmo artigo, são as tradicionalmente ocupadas pelos índios, as que por eles forem habitadas em caráter permanente, utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e aquelas que são necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

Sem as demarcações, os índios tornam-se vulneráveis e veem seus territórios invadidos com frequência por estranhos em busca de matéria prima para o comércio. Na aldeia Wassu-Cocal, o capitão Antônio Máximo conta que ele é quem expulsa invasores e afixa placas cobrando mais cuidado com o meio ambiente. "A gente tem pouca ajuda do governo. Quando alguém invade nossas terras, a gente é quem toma 'de conta'. Na semana passada, eu saí de madrugada e ouvi um barulho de motosserra. Estavam derrubando um pé de Jaqueira. Fui lá e botei eles para fora", relatou.

"Nós temos uma preocupação com o meio ambiente. Por exemplo, o rio precisa de cuidado e tem muita gente que não cuida. Eu mesmo já coloquei umas placas demarcando os banhos do final de semana, pedindo pra ter cuidado com a natureza, pra não jogar sujeira dentro do rio. Para garantir a preservação ambiental, nós caímos em cima de qualquer coisa que esteja errado", afirmou.

Índios da aldeia Karapotó Terra Nova, que há cerca de um ano sofre com o problema da falta de água, também se auto-organizam. "Temos dois poços artesanais feitos pelo governo, mas só funciona um, que já não supre as nossas necessidades. Quando as coisas apertam vamos buscar água em outro canto", disse o cacique Antônio Isidoro dos Santos.

Obras do poder público excluem as populações indígenas

Para o membro do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Jorge Luiz Gonzaga Vieira, as tentativas de demarcação das terras indígenas são barradas por latifundiários. "Só pequenos pedaços, pequenas glebas da terra, foram demarcadas. O problema são os interesses dos latifundiários. Hoje tem no Congresso Nacional uma bancada ruralista e evangélica que é contra o processo de demarcação de terra", informou.

Ele exemplifica com duas aldeias do sertão do estado como a falta de demarcação de terras provoca a exclusão social dos índios. "É o caso do Canal do Sertão. O canal passa por cima da terra dos Karuazu e Katoquim, mas como a Funai não fez o estudo do terreno, eles estão excluídos da água no sertão", disse.

Os Karapotó Terra Nova têm semelhança com os Karuazu e Katoquim. Recentemente tiveram de realizar protestos contra o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit), que faz a duplicação da BR-101. As estradas passam por cima da área ocupada pela aldeia. "As terras que estamos não são delimitadas. Nós tivemos que fazer um acordo com o DNIT pra que ele comprasse um pedacinho de terra e passasse pra nós. Era para ter sido ação da Funai, mas não foi", disse o cacique Antônio Isidoro dos Santos.

O crescimento populacional também é um dos fatores que impede a preservação ambiental. Os
CONT.



próprios índios realizam políticas de reflorestamento. “O intuito do índio é ver mata, é ver nascentes, córregos. A mata nos fornece tudo. Tudo que a gente pensar, a gente encontra na mata”, disse Rosivan dos Santos, filho do cacique Antonio Isidoro.

Negociação

Em Brasília, em uma reunião com o CIMI e representantes indígenas do sertão de Alagoas, a presidente da Funai, Marta Azevedo, se comprometeu em concluir o relatório de identificação das terras de outros dois povos: Geripankó e Kalankó. Na ocasião, Marta Azevedo teria dito que a instituição não tem condições de atender à demanda das populações indígenas. “Ela mesma disse que a instituição está totalmente desestruturada, sem condições de responder à demanda”, disse Jorge Vieira.

Contatado para falar sobre a atuação da Fundação Nacional do Índio em Alagoas, o coordenador regional, Frederico Vieira Campos, de férias em Brasília, não se pronunciou. O substituto dele em Maceió, um antropólogo identificado como Gilberto, disse que todas as respostas para as perguntas da reportagem estariam no site da instituição e desligou o telefone.

A Funai é o órgão do governo responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira. Também é de responsabilidade da Funai implementar medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos nas terras indígenas.

Perguntados sobre a atuação do órgão em suas terras, Antônio Máximo, da Wassu-Cocal, limitou-se: “Aqui ela não aparece”.



Subpac participa do primeiro Seminário Indígena Xokó

SÍTIO FAX AJU, 22.04.2013

A Subsecretaria de Estado do Patrimônio Histórico e Cultural (Subpac) participou do 1º Seminário Indígena Xokó, realizado na última sexta-feira, 19, data em que se comemora o Dia do Índio. O evento aconteceu na aldeia Xokó, localizada na Ilha de São Pedro, no município sergipano de Porto da Folha e reuniu representantes da prefeitura da cidade, da Universidade Federal de Sergipe (UFS), do Governo do Estado, além de estudantes e comunidade local.

A solenidade, que contou com apresentações de crianças da aldeia, teve como objetivo apresentar aos integrantes dos órgãos participantes as dificuldades enfrentadas pelos indígenas e buscar soluções para que sejam sanadas. Na oportunidade, o subsecretário do Patrimônio Histórico e Cultural, Luiz Alberto, tirou dúvidas da comunidade e explanou sobre a importância do momento.

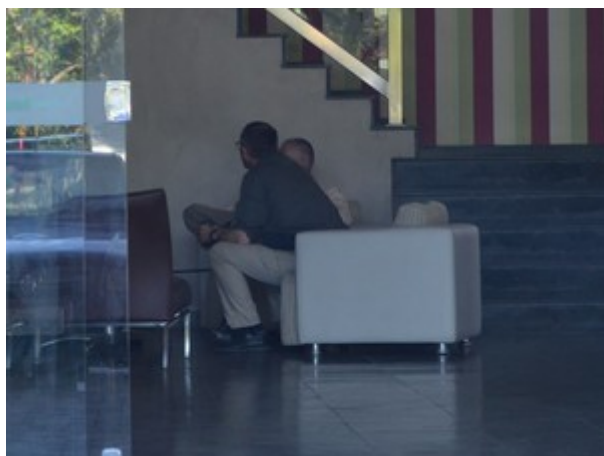
“Esse é um marco histórico na medida em que os Xokós não se deslocaram para falar com os órgãos, mas os órgãos vieram até eles. Na comunidade indígena há em torno de 60 jovens cursando ensino médio e universidade que não querem sair de onde vivem e sim, resolver as dificuldades existentes e por isso estamos aqui. Fico muito feliz em participar deste momento onde firmamos compromisso com os Xokós com a presença da comunidade, da UFS, do Governo de Sergipe e da Prefeitura de Porto da Folha”, disse o subsecretário.

Antes de concluir o encontro, o cacique Xokó, Bá, agradeceu àqueles que contribuíram para a realização do seminário. “Agradeço a todos os participantes que aqui estiveram ontem e hoje e em especial ao professor e subsecretário de Estado Luiz Alberto que há muitos anos apóia a nossa luta”, ressaltou. O encerramento deu-se com a leitura da Carta Xokó elaborada pelos colaboradores do evento e interpretada pelo diretor do comitê indígena da tribo, Apolônio Xokó e com a dança típica da aldeia, o toré.

Rei da Noruega está em Roraima para visitar área Yanomami

SÍTIO GLOBO.COM, 21.04.2013

*Rei não quis informar ao G1 o motivo da viagem.
Funai e ISA não souberam dizer quais são os interesses.*



Comitiva está em um hotel e deve visitar terra indígena nesta segunda-feira (22) (Foto: Bruno Perez/G1 RR)

O rei da Noruega, Harald V, está em Boa Vista para uma visita à área Yanomani. Segundo a Infraero, a comitiva chegou à Roraima na tarde deste domingo (21) em voo de carreira.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou a presença do rei, mas não soube dizer o motivo da viagem ao estado. O Instituto Sócioambiental também não informou o interesse da visita.

O rei da Noruega, Harald V, está em Boa Vista para uma visita à área Yanomani. Segundo a Infraero, a comitiva chegou à Roraima na tarde deste domingo (21) em voo de carreira.

A Fundação Nacional do Índio (Funai) confirmou a presença do rei, mas não soube dizer o motivo da viagem ao estado. O Instituto Sócioambiental também não informou o interesse da visita.

A reportagem do G1 conversou com um dos membros da equipe norueguesa que está em um hotel da capital, mas ele não quis informar o que vieram fazer em Roraima. Segundo ele, caso aconteça outra viagem, uma entrevista poderá se marcada antecipadamente.

O líder Yanomami Davi Kopenawa não foi encontrado para falar sobre a viagem de Harald V.

São Miguel do Iguçu comemora inauguração de Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo

SÍTIO CBN FOZ, 22.04.2013

A aldeia indígena Tekoa Ocoy, no município de São Miguel do Iguçu, comemorou nessa sexta-feira (19) a inauguração do Colégio Estadual Indígena Teko Nemoingo.



A entrega da nova unidade foi marcada por apresentações e exposições culturais e contou com a presença do vice-governador e secretário de Educação, Flávio Arns.

"A secretaria tem investido em escolas, equipamentos e na formação dos professores das comunidades indígenas para reforçar que essa é uma riqueza de diversidade e cultura do nosso Estado, que pode nos ensinar muito e que nos fortalece por promover a cidadania", diz Arns.

A escola atende cerca de 320 alunos, metade da população que vive na aldeia.

Além do ensino fundamental e médio, oferece ainda educação para jovens e adultos.

As aulas são ministradas por 31 professores, sendo sete indígenas e três com formação específica.

A unidade também oferece curso de inglês por meio do Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (Celem).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 066 / 2013

Brasília, 23 de abril de 2013.

“A escola é uma grande referência na comunidade. É aqui que os professores, alunos e a população conseguem disseminar e preservar a sua cultura”, conta a diretora da Cleonice Feyh.

As tradições da comunidade Guarani também compõem currículo escolar.

A escola é bilíngüe. Ela valoriza a língua Guarani e os conhecimentos dos povos indígenas envolta do idioma.

Neste mês, a unidade a 12ª Semana Cultural Guarani expõe a cultura indígena para toda comunidade local.

O Governo do Estado investiu R\$ 1 milhão na nova unidade.

Além da ampliação das escolas indígenas no Paraná, foram construídas 11 novas escolas em menos de três anos.

A Secretaria também investe na capacitação dos professores indígenas e no fornecimento de merenda.

Os alunos da escola indígena foram destaque na fase municipal dos Jogos Escolares do Paraná (Jeps), no atletismo.

“É uma escola muito boa e com atividades diferenciadas. Tenho muito incentivo aqui”, fala o aluno do 9º ano, Cristian Martins.

Ibama doa 39 toneladas de arroz produzido em terra indígena no Mato Grosso
SÍTIO TOP NEWS, 22.04.2013



O Ibama doou na semana passada, 39 toneladas de arroz à prefeitura de Brasnorte, oeste de Mato Grosso. O cereal foi plantado em área embargada em uma fazenda situada dentro da terra indígena da etnia Irantxe-Manoki. No local foram apreendidos duas colheitadeiras e um trator. O proprietário foi multado três vezes pelas mesmas infrações: descumprir embargo e impedir regeneração da vegetação nativa. Os valores ultrapassam os R\$9.660 milhões.

Entenda o caso

Em 2006, o proprietário de uma fazenda cuja área total é de 8.793 hectares, desmatou de forma ilegal 1.690ha. A área foi embargada e o proprietário multado em R\$ 1.7 milhão. Em 2009, por decisão administrativa da autoridade competente, o embargo foi homologado. Em 2010, foi verificado pelo Ibama que o embargo da área estava sendo descumprido. Por conta dessa infração, o proprietário foi multado em R\$ 500 mil. Em março deste ano, dentro da operação Onda Verde, por meio de satélite, cujas imagens tem cinco metros de resolução, constatou-se novo descumprimento do embargo aplicado em 2006. Levando-se em conta a reincidência do proprietário, o órgão aplicou multa de R\$ 7.625 milhões por impedir a regeneração da vegetação nativa e mais R\$ 850 mil por descumprimento do embargo.

Segundo a coordenadora da operação Onda Verde em Juína, Cláudia Zagaglia, além dos recorrentes descumprimentos da decisão do Estado de interromper suas atividades na área, visando à regeneração florestal, o proprietário desmatou este ano a área em que já havia sido iniciada regeneração da vegetação nativa.

CONT.



Em consulta aos protocolos de solicitação de regularização da área, tanto a Licença Ambiental Única (LAU), quanto o Cadastro Ambiental Rural (CAR), indicam que a área da propriedade, que está embargada, encontra-se no interior dos limites da terra indígena Irantxe-Manoki. Por conta dessa situação, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso tem encontrado dificuldades para dar continuidade ao processo de regularização, tendo, inclusive, arquivado temporariamente um dos processos.

Neste mês de abril, uma das equipes da operação Onda Verde flagrou colheita em 250 hectares da área embargada. A atividade foi interrompida pelo Ibama quando já havia em torno de 600 toneladas de arroz colhidas. "Conseguimos apreender 39 toneladas, que estavam no local, o próximo passo é rastrear as outras 550 toneladas para responsabilizar também os intermediários, tanto em relação ao transporte, ao armazenamento, quanto à compra desse produto ilegal", informa Cláudia Zagaglia.

Os equipamentos utilizados na atividade foram apreendidos. A área será monitorada para que não haja a retirada dos grãos maduros, prontos para serem colhidos, nem dos que estão em fase de crescimento para a próxima safra, o que acontecerá daqui a 15 dias.

Moradores da Suiá Missú retornam para o Posto da Mata e índios prometem Guerra
SÍTIO CIRCUITO MATO GROSSO, 22.04.2013



O clima é tenso na região do Posto da Mata, antiga Suiá Missú agora decretada Reserva Indígena Marawatsede, cerca de 100 pessoas, antigos moradores da região que foram retirados das propriedades voltaram para a região, que eles dizem ser deles por direito. De acordo com informações repassadas ao Agência da Notícia, os manifestantes chegaram à região do Posto da Mata por volta das 17:00hs deste domingo(21), e montaram um acampamento próximo a um corgo que fica a cerca de 500 metros do posto da Mata, às margens direita da BR158, sentido Ribeirão Cascalheira.

Segundo informações, a intenção do manifesto é pedir reivindicações sobre a desapropriação, além disso os produtores dizem que a terra pertence a eles por direito. "Nós voltamos para o que é nosso, estamos de mãos limpas, não temos para onde ir, fomos tirados aqui de qualquer forma, e tudo que construímos está aqui, então vamos ficar, cobramos a presença dos representantes do Governo Estadual e Federal que prometeram que iam dar assistência, já se passaram quatro meses e continuamos na mesma miséria", disse uma das manifestantes que tinha propriedade na região. "O mandado de desintrusão dizia que nós iríamos ter casa, terra e cadê tudo isso?", questionou ele.

Ainda segundo os produtores acampados, a Polícia Federal e um representante da FUNAI estiveram no local, e pediram para que eles deixem a área, de acordo com o representante da FUNAI os índios Xavantes estariam prontos para a "Guerra". "A Polícia Federal e a FUNAI estiveram aqui, e eles disseram para a gente sair daqui imediatamente, segundo eles, mais de 200 índios guerreiros estariam prontos para a guerra e já estariam se mobilizando para nos atacar. Mas é importante ressaltar que não queremos guerra, só queremos o nosso direito como os próprios índios querem", disse um dos ex-moradores do Posto da Mata que está no acampamento.

De acordo com informações recebidas agora a pouco, na redação do Agência da Notícia, o manifesto não tem data definida para acabar e o clima é tenso. "Queremos chamar a atenção de todos os municípios da região do Norte Araguaia, estamos vivendo esse momento de terror e precisamos que algo seja feito imediatamente, Santa Cruz do Xingu está correndo risco, Confresa também está, Nova Nazaré vive um sério problema e nós estamos esperando o que? Precisamos de união precisamos barrar essas atrocidades que deixam um povo sofrido e trabalhador na lama", desabafou um ex-morador da Suiá Missú.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 066 / 2013

Brasília, 23 de abril de 2013.

Em instantes qualquer informação, a equipe de jornalismo do Agência da Notícia já segue para a região para acompanhar de perto a situação.

Fonte: Agência da Notícia



"Nós existimos"

SÍTIO O CIMI, 22.04.2013

Com uma criança num braço e um macaco no ombro – disputando atenção e leite materno – a indígena Inameá Awá conta com voz serena sua história: "Meu pai morreu aqui perto, vítima dos madeireiros. Eles acabaram com a gente, destruíram nossa floresta, acabaram com nossa comida".

Isso já faz uns 20 anos. Os relatos que ecoam na aldeia Awá, porém, parecem ter parado no tempo. "Estamos preocupados", repetiu uma liderança nesta quinta-feira, véspera do Dia do Índio. "Os madeireiros vão acabar com nossa terra".

Wiramixixarokara – ou 'madeireiro', na língua Awá – é uma das palavras que mais se ouve quando ao pisar na Terra Indígena Caru, no Maranhão. Não à toa: ali está uma das últimas áreas de floresta que ficaram de pé numa parte da Amazônia já arrasada pela motosserra. E justamente onde vivem os Awá-Guajá, um dos povos indígenas mais ameaçados de que se tem notícia.

"Historicamente, toda a subsistência deles está na caça e na coleta. Eles dependem diretamente da floresta para viver", explica o antropólogo e professor da Unicamp, Uirá Garcia, que estuda esse povo há mais de dez anos. Para ele, desmatamento é sinônimo de tragédia: "É o fim da vida", definiu Garcia.

Não faz mais de seis décadas que a vida dos Awá se tornou uma encruzilhada. Pelos anos 50 e 60, começaram a chegar as primeiras fazendas à região. E com elas, estradas e a ferrovia do Projeto Grande Carajás – encabeçado pela Vale. Num processo aceleradíssimo, o verde da floresta foi dando lugar ao negro das carvoarias e das queimadas. A população dos Awá, que era estimada em 600 indígenas, caiu quase pela metade. E as pressões nunca mais cessaram.

Na Terra Indígena Caru, aproximadamente 11% da floresta já foi devastada. E mais de 30% da mata foi para o chão na vizinha Terra Indígena Awá. Os dois territórios formam um corredor que abriga boa parte dos menos de 400 Awá que atualmente resistem à pressão da motosserra. E abrigam também muitos conflitos.

"O processo de desmatamento só tem se intensificado", denuncia Madalena Pinheiro, que há 12 anos acompanha esse povo pelo Cimi (Conselho Indigenista Missionário). "Os Awá são uma das populações mais reduzidas do Brasil, e até hoje há uma disputa política pela terra. Eles foram ficando encurralados", diz.

O governo no banco dos réus

Desde 2002, caminha a passos lentos na Justiça uma ação do MPF (Ministério Público Federal)

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 066 / 2013

Brasília, 23 de abril de 2013.

que pede a retirada dos não-índios da terra Awá. Como réu, está a União. Fazendeiros e madeireiros resistem, e o município de Zé Doca – que abriga uma parte do território indígena – entrou com recurso judicial contra a ação do MPF. Em 2010, o prefeito da cidade chegou a declarar publicamente que os Awá não existem.

Eles revidaram: acamparam em frente à prefeitura da cidade e foram a Brasília para dizer: “Nós existimos”. Mas enquanto a batalha judicial se arrasta, a realidade vai consumindo os dias dos Awá. “Parece piada de mal gosto: quem tem o dever constitucional de proteger os indígenas vira réu na Justiça. O estado brasileiro está de braços cruzados, assistindo todo um povo caminhando para a extinção”, critica Danicley de Aguiar, da campanha Amazônia do Greenpeace.

“O governo federal precisa apresentar com urgência uma estratégia para defender os Awá ou a história da indígena Inameá Awá vai continuar se repetindo.” Ajude a defender as florestas do país e, com ela, seus povos nativos. Participe da campanha pelo Desmatamento Zero. Assine a petição, compartilhe, informe-se.



Povo Guarassugwe: resistência e luta pelo reconhecimento

SÍTIO O CIMI, 22.04.2013

No dia 15 de abril de 2013, na casa de José Frei, patriarca do povo Guarassugwe, aconteceu o primeiro encontro deste povo, onde cerca de 20 indígenas se reuniram, todos familiares de José Frei e Ernestina Guarassugwe. Alguns chegaram a viajar 10 horas de barco, no rio Guaporé, a fim de participar desta primeira conversa.

A reunião foi articulada por Maura Guarassugwe, que após ter voltado do Abril Indígena regional organizou o grupo para uma conversa para traçar quais estratégias serão adotadas para a luta pelo reconhecimento da identidade indígena e pelo reconhecimento do Território tradicional.

Foi emocionante escutar as historias de vida das pessoas “pela primeira vez podemos falar abertamente que somos índios, sempre tivemos que esconder a nossa identidade. Meu pai e minha mãe diziam que não poderíamos falar a língua materna, para ninguém saber que éramos índios”, disse Lourenço Guarassugwe.

Os presentes se interaram sobre os direitos que estão assegurados na Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, que garantem aos povos indígenas serem reconhecidos como povos, bem como seus territórios tradicionais.

Ao fazer a memória, o grupo desenhou o mapa do território tradicional, numa construção coletiva. Alguns falavam: “eu sonho direto com o lugar onde nascemos e onde estão enterrados nossos antepassados, nosso vovô. Nossa terra era um lugar bonito, onde podíamos caçar, pescar e viver tranquilos. Depois nos tiraram de lá e hoje temos que viver na cidade e também na Bolívia, porque lá vamos atrás de trabalho, para garantir a nossa sobrevivência”.

Exploração de petróleo preocupa índios em aldeias da Amazônia

SÍTIO GLOBO.COM, 22.04.2013

Índigenas matsés temem que exploração de petróleo na fronteira entre o Brasil e o Peru ameace sobrevivência da etnia.



Amanhecer na aldeia Lobo, na Terra Indígena Vale do Javari, extremo oeste da Amazônia brasileira (divisa com o Peru). No início de março deste ano, a aldeia abrigou a quarta Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru (Foto: Lucas Bonolo/BBC)

Em um conjunto de aldeias encravado na Amazônia brasileira, na fronteira com o Peru, os índios matsés - já familiarizados com a exploração da borracha, da madeira e de minérios - agora vivem às voltas com um novo "adversário".

"Dizem que petróleo dá dinheiro, mas não queremos dinheiro", afirma Waki Mayuruna, cacique da aldeia Lobo, a 2 mil quilômetros a oeste de Manaus. "Devemos pensar em nossos filhos e netos, e eles precisam de terras limpas."

Por décadas, os matsés, que vivem entre o Brasil e o Peru, ouviram histórias sobre a atuação de empresas petrolíferas nos vales tropicais do Equador e os problemas que elas causaram.

A bacia hidrográfica do Javari, território tradicional dos matsés e de outros povos indígenas, também era tema de cobiça de representantes do setor energético de vários países. Mas as tentativas de prospecção no local nunca tiveram início. Mas os anos passaram, e o cenário mudou.

CONT.

Consolidadas as atividades petrolíferas na fronteira com o Equador, o governo peruano acaba de conceder o direito de exploração de petróleo em dois lotes de terra encostados na fronteira com o Brasil, que rodeiam e abrangem território indígena demarcado.

Se encontrar hidrocarbonetos, uma empresa canadense terá direito a 40 anos de exploração das terras no lado peruano de um rio binacional. "É nossa responsabilidade supervisionar os trabalhos petrolíferos, e que a empresa cumpra com aquilo que foi autorizado, gerando impactos mínimos", afirmou Maria Elena Díaz, chefe do parque natural peruano Zona Reservada Sierra del Divisor, ligado ao Ministério peruano do Meio Ambiente.

"Por outro lado, deve-se considerar que os lotes concessionados pelo governo peruano também passam por outras terras, e algumas comunidades mestiças são favoráveis à extração petrolífera", ponderou.



Índios matsés do Peru assistem à quarta Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru. Comitivas de aldeias vizinhas, tanto brasileiras quanto peruanas, se reuniram para discutir a concessão de 40 anos de exploração petrolífera em suas terras tradicionais
(Foto: Lucas Bonolo/BBC)

Fronteiras na floresta

A aldeia Lobo faz parte da Terra Indígena Vale do Javari, que inclui outros seis povos espalhados em dezenas de aldeias e reúne cerca de 3,6 mil índios no Brasil. A área demarcada é de 8,5 milhões de hectares - hoje a segunda maior área de terra indígena do país.

Para discutir a defesa do território onde vivem, cerca de 200 índios matsés de várias aldeias se reuniram, no início de março, com representantes da Funai, do Ministério Público e do Exército. Órgãos ligados ao Ministério do Meio Ambiente peruano, políticos locais e pesquisadores também participaram do encontro.

Foram três dias de intensos debates e seminários, que mudaram o ritmo tranquilo da comunidade indígena Lobo, durante a 4ª Reunião Binacional Matsés Brasil-Peru. Pouco acostumados com a movimentação, os índios - inclusive mulheres e muitas crianças - lotaram a casa central para ouvir as comitivas da região e os convidados.

Durante o evento, um grupo de cozinheiras serviu sucos e bolachas, além de fartas refeições com arroz, feijão, banana, mandioca, farinha e a saborosa carne de uma anta macho, caçada ali mesmo, e que deu conta de toda a comitiva.

Vestidos como guerreiros, os líderes matsés ocupavam logo cedo a grande maloca da aldeia Lobo, por volta das cinco da manhã, com microfone em punho chamando nome a nome as pessoas para tomar o café e retomar os trabalhos.

O motor de um velho gerador elétrico ecoava alto entre as árvores amazônicas, mas não foi suficiente para aplacar as vozes vindas da maloca, amplificadas com a ajuda de um microfone.

CONT.

"A floresta não entende de fronteiras, eu sou filho de minha terra e vou ficar aqui pra protegê-la", afirmou o anfitrião do evento, Waki Mayuruna.

Patrimônio

A preocupação com a exploração de petróleo não é só ambiental. Observadores temem que a atividade ameace também um patrimônio etno-cultural que poucos países possuem: entre o Brasil e o Peru vivem índios isolados, nunca contatados, e que rejeitam relações com a sociedade ao redor.

Esses grupos sobrevivem em uma situação delicada, que poderia ser afetada por possíveis embates com a sociedade e por qualquer alteração no equilíbrio local. "A sociedade brasileira não consegue entender o serviço que o índio presta ao defender os limites territoriais e zelar pela natureza, à qual estão profundamente vinculados até hoje", avalia Walter Coutinho, analista pericial do Ministério Público Federal.

"Além dos serviços de fiscalização, as sociedades indígenas oferecem ao Brasil recursos de cultura, medicina, tradição, arte e beleza, recursos que não custam nada", conclui Coutinho.



Caciques de aldeias matsés posam para foto na frente da maloca da aldeia Lobo. No centro, Francisco Piyãko, também líder indígena (do povo Ashaninka, do Acre) e atualmente assessor da presidência da Funai. (Da esquerda para a direita, Waki Mayuruna, Raul Dunu Mayuruna, Francisco Piyãko, Mocaci Mëo Mayuruna e Gilberto Tumi Mayuruna) (Foto: Lucas Bonolo/BBC)